



**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL**  
**Comitê Estratégico de Governança**

<b>MEMÓRIA DE REUNIÃO</b>		
<b>Integrantes do CEG</b>		
SE	Valder Ribeiro de Moura	valder.ribeiro@mdr.gov.br
SNFI	Eduardo Corrêa Tavares	eduardo.tavares@mdr.gov.br
SDR	João Mendes da Rocha Neto	joao.neto@mdr.gov.br
SEDEC	Paulo Roberto Farias Falcão	paulo.falcao@mdr.gov.br
SNSH	Giuseppe Serra Seca Vieira	giuseppe.vieira@mdr.gov.br
<b>Instituição</b>	<b>Convidados</b>	<b>E-mail/Contato</b>
AECI	Flávia Amaral	flavia.amaral@mdr.gov.br
SE	Tito Livio P. Queiroz e Silva	tito.silva@mdr.gov.br
DIORF	Émerson Guimarães Dal Secchi	emerson.secchi@mdr.gov.br
DIORF	Welles Matias de Abreu	welles.abreu@mdr.gov.br
DIORF	Paulo Jorge Morais	paulo.morais@mdr.gov.br
CGPE	Antônio Sergio Malaquias Queiroz Filho	sergio.queiroz@mdr.gov.br
CGPE	Caroline Angélica	caroline.soares@mdr.gov.br
CGPRO	Luciene Monteiro	luciene.monteiro@mdr.gov.br
Ouvidoria	Paula El-Jaick de Barros Franco Yida	paula.yida@mdr.gov.br
Ouvidoria	Diogo Lemes Martins	diogo.martins@mdr.gov.br
CGTI	Daniel Portilho Troncoso	daniel.troncoso@mdr.gov.br
<b>Instituição</b>	<b>Equipe de apoio</b>	<b>E-mail/Contato</b>

DIGEC	Frankilane de Sousa Costa	frankilane.costa@mdr.gov.br
DIGEC	João Ricardo Alves Moniz	joao.moniz@mdr.gov.br
DIGEC	Carolina de Sousa Aquino	carolina.aquino@mdr.gov.br

## 1. Dados Gerais

Data: 15 de abril de 2024

Local: Sala de Monitoramento

Objetivo: 1ª Reunião Ordinária do Comitê Estratégico de Governança de 2024

## 2. Pauta

1. Plano de Integridade do MIDR para o Biênio 2024-2025 - Processo nº [59000.001940/2024-44](#) (AECI);
2. Gestão de Riscos e Controles Internos do MIDR (AECI);
3. Plano Estratégico Integrado do MIDR para o período de 2023 a 2027 - PEI 2023-2027 (CGPE);
4. Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD (OUVIDORIA);
5. Governança Orçamentária e Financeira (DIORF);
6. Governança Orçamentária e Financeira (DIORF): a) Disponibilização do Painel de Transferência ao público externo; e b) Projeto para a criação de um painel com informações da LOA para utilização pelas Secretarias.

## 3. Principais Discussões e Encaminhamentos

O Secretário-Executivo, Valder Ribeiro, cumprimentou todos os presentes e iniciou a reunião destacando que o debate seria sobre 05 pontos de pauta e enfatizou a importância do CEG para a governança do MIDR e das vinculadas. Foi informado que havia quórum suficiente para tratarmos dos assuntos propostos e que cada unidade teria 15 minutos para abordar os assuntos. Após as apresentações, seria aberto prazo para manifestações dos representantes.

Flávia Amaral, representante da Assessoria Especial de Controle Interno (AECI), abriu a reunião para apresentar o Plano de Integridade do MIDR para o biênio 2024-2025. Foram destacadas as competências legais da AECI e foi ressaltado que o Plano de Integridade já está pronto. Houve ações de oficinas de discussão de riscos de integridade e aplicação de questionário dos servidores para colher informações sobre a percepção desses a respeito da integridade no âmbito do Ministério. Foi informado que não apenas a corrupção, mas as outras perspectivas que envolvem um plano de integridade são abordadas no plano, como por exemplo assédio e riscos.

O programa de integridade é transversal, ou seja, suas ações permeiam todas as instâncias do Ministério, que conta com apoio da CGU para sua implementação. As ações usadas são muito diversificadas, como campanhas publicitárias, guias e confecção de cartilhas. Ao todo, são 75 ações divididas em 11 temas e foi aventado que é preciso contar com o apoio de todas as Secretarias quando houver eventos e palestras para que haja a consolidação do plano de integridade no âmbito do MIDR. **A proposta do Plano de integridade foi aprovada pelo CEG sem objeções.**

Segundo item, também apresentado pela AECI, foi a apresentação sobre a Gestão de Riscos e Controle Interno do MIDR. Foi apresentado o plano de Comunicação do MIDR e a ideia da AECI é que todas as áreas do Ministério façam sua própria Gestão de Riscos no âmbito de sua área de atuação e que a AECI trabalhe como um ponto de apoio às áreas que implementam a gestão de riscos.

É importante que os critérios de priorização de projetos e processos indicados para gestão de riscos sejam levados em consideração. Há a possibilidade de classificação de critérios quantitativos e qualitativos. Houve uma pesquisa entre as Secretarias Nacionais sobre projetos e processos que seriam interessantes de serem avaliados e acompanhados. Todas as Secretarias apontaram ao menos um processo, projeto ou iniciativa (considerado essencial e que pudesse ser utilizado como parâmetro em 2024) a ser acompanhado, sendo a SDR responsável por dois. Agora em diante, esses processos serão acompanhados e os resultados serão trazidos para o CEG. As Secretarias se comprometeram a dar apoio com o suprimento de informações de monitoramento e tratamento de riscos para que sejam compilados no sistema E-Audi. Houve também a pesquisa de maturidade sobre Gestão de Riscos no MIDR para que possamos entender o grau de compreensão das áreas.

Ao final da apresentação, foi questionado se a metodologia de Gestão de Riscos do MIDR vai ao encontro do IESGo do TCU para que não haja divergências entre o que fazemos e o que eles esperam que seja feito. A AECI esclareceu que o TCU não especifica qual metodologia usar, apenas aponta os temas que devem ser observados pelos órgãos, na busca pelo aprimoramento da Governança. **A priorização de projetos e processos para fins de Gestão de Riscos foi aprovada pelo CEG sem objeções.**

Como terceiro item de pauta, o Sr. Sergio Malaquias, representante da CGPE, iniciou sua fala versando sobre o acompanhamento do Programa Estratégico Institucional (PEI) também pelo CEG. Foi apresentado o Mapa Estratégico do MIDR para 2023-2027 com seus eixos e subeixos, que, por sua vez, se comunicam com os objetivos estratégicos do PPA. Foi explicado que há acompanhamento de iniciativas (que no PPA correspondem às entregas) mensal, feito com iniciativas consideradas prioritárias, e trimestral, para as demais iniciativas. Sérgio explicou que o PEI é um instrumento de planejamento extenso exatamente por estar compatível com o PPA.

Atualmente, cada eixo do PEI está estruturado nos cadernos estratégicos e pode ser consultado por todos, inclusive pela sociedade. Está em elaboração um painel estratégico dinâmico, instrumento que auxiliará na transparência das ações desenvolvidas pelo Ministério para toda a sociedade.

Há também o SISPLAN, sistema onde todo o acompanhamento e monitoramento é feito. Foi ressaltado que o monitoramento é uma forma de aferir a evolução do planejamento estratégico e ele muito contribui para transparência ativa do Ministério, mas a adesão das áreas tem sido muito pequena (em torno de 40% de preenchimento) e o trabalho todo está sendo comprometido, uma vez que há lapsos de informações e, ainda, muitos atrasos no envio das informações.

Sobre a Revisão do PEI, item deliberativo, o Sr. Sérgio ressaltou que algumas áreas solicitaram algumas revisões e ajustes, que estão descritas em Nota Informativa a ser disponibilizada a todos que manifestarem interesse. Foram apresentados, ainda, alguns aprimoramentos e os próximos passos planejados, dentre eles, a disponibilização do novo Portal de Estratégia, que será disponibilizado em duas versões, uso interno e da sociedade. Por fim, foi solicitado à ASCOM a campanha de fundo de tela em todos os computadores do MIDR para lembrar as áreas da importância de preenchimento e acompanhamento das ações do PEI. **A proposta da Revisão do PEI foi aprovada sem objeções.**

Item seguinte de pauta foi a fala, não deliberativa, da ouvidora Paula, sobre a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Foi apresentado o escopo da LGPD, em especial na perspectiva do serviço público. Foi ainda ressaltado que ela anda ao lado da LAI, ou seja, não há que se falar em diminuição ao acesso à informação, mas tão somente em proteção à privacidade. Foi apresentado o programa de Privacidade e Segurança da Informação (PPSI) que traz 310 atividades que devem ser cumpridas pelos órgãos tanto na parte de tecnologia e segurança da informação e quanto pelos encarregados pela LGPD. No MIDR, está previsto a instituição de um comitê de acompanhamento do tema. Atualmente, estamos no nível básico

de implementação e estamos desenvolvendo alguns BIs junto à CGTI para melhoria das questões de privacidade e segurança da informação.

Houve lançamento de campanha no âmbito do MIDR com pílulas de informações sobre dicas de segurança da informação que são enviadas aos servidores por e-mail e, ainda, haverá envio de inventário de informações às áreas para que os gestores possam refletir sobre a quantidade, a qualidade e a necessidade de informações que estão sendo coletadas. **Não houve item deliberativo da Ouvidoria.**

Por fim, o Sr. Welles iniciou sua apresentação sobre as ações desenvolvidas atualmente pela DIORF como lives técnicas, reuniões, eventos on-line (Café com a Diorf), que pretende tratar de diversos assuntos como orçamento, finanças, painéis e afins para que haja uma maior aproximação dos técnicos que tratam desses assuntos e possam debatê-lo.

Welles introduziu o assunto do Painel, que tem como foco a governança orçamentária e transparência e tem como objetivo dar respostas assertivas aos processos deliberativos da Secretaria Executiva e aos tomadores de decisão das demais Secretarias. Foi informado que o link do Painel já está disponível para as equipes usarem e debaterem o uso do painel e verificarem se ele está de acordo com o que seria pertinente às Secretarias. O painel possui várias entradas e filtros, incluindo os Restos a Pagar (RAPs), os quais possuem empenhos que datam de 2006 e podem ser mapeados pelo painel.

o Sr. Welles demonstrou, pelo painel, um levantamento de todas as transferências feitas aos municípios nos últimos 10 anos em termos de execução orçamentária e financeira.

Foi pontuado que o uso do painel facilitaria as demandas de informações de transferências solicitadas ao Ministério com frequência em virtude da LAI. O Sr. Welles ressaltou que da forma que o painel apresenta as informações, elas estão além do que geralmente são enviadas às solicitações formais, uma vez que tais informações no painel já foram tratadas não somente pelo BI, bem como pela experiência dos que desenharam o painel.

o Sr. Welles registrou que a deliberação é no sentido de a Diorf continuar ou não este trabalho de aprimoramento do Painel para liberação do acesso à sociedade.

Sobre o questionário IESGO, recentemente respondido por inúmeras áreas do MIDR, foi ressaltado que não há registro de nenhuma reunião estruturada sobre orçamento como a que está acontecendo hoje, onde as áreas estão reunidas para deliberarem sobre a livre disponibilização de informações à sociedade.

Foi colocado que com a estruturação do painel será possível visualizar se os gastos do orçamento do Ministério está de fato de acordo com o que é estipulado como prioridade no planejamento estratégico. A execução orçamentária está de acordo com o esperado? Essas questões serão respondidas com facilidade a partir do tratamento das informações feito pelo painel.

O Sr. Eduardo Tavares (SNFI) colocou que sempre iremos incorrer em alguns riscos quando expomos informações de cunho orçamentário, mas que este seria um importante passo na transparência do Ministério.

O Sr. Paulo Falcão (Sedec) pontuou que há um lapso temporal entre que foi pago e o que foi autorizado e as possíveis consequências dessas informações de execução financeira. As informações com certa frequência não estarão aderentes às falas do Ministro em caso de desastres e isso pode ter consequências negativas para a imagem do Ministério.

Sr. Giuseppe (SNSH) ressaltou que desde o 1º semestre de 2023 está sendo discutido o que será divulgado a respeito de valores da Defesa Civil, uma vez que essa área está mais suscetível a distorções. Ele sugeriu que a ASCOM fosse instruída sobre como ou quais informações divulgar para que o painel não se perca e deixe de ser disponibilizado ao público, uma vez que ele é a materialização de um compilado muito eficiente de informações.

O Sr. Tito Livio (SE) sugeriu que o painel passe por uma quarentena de uso interno para termos maior segurança das informações.

**O Secretário-Executivo, Valder Ribeiro, após o término da discussão por parte do Comitê, sugeriu que não fosse deliberada a disponibilização do Painel de Transferências sem a anuência de Ministro, bem como seria necessário alguns ajustes no painel. Por tratar de um assunto sensível, será levado ao conhecimento do Ministro para que a decisão de disponibilização seja tomada**

Foi ainda colocado que o objetivo do painel é expor as transferências realizadas aos municípios e que algumas informações serão buscadas e não estarão lá ( como por exemplo a operação carro pipa) e que isso não seria uma omissão de informação, apenas não está no escopo deste painel. Como sugestão a essa questão, falou-se em colocar uma mensagem inicial explicando isso ao usuário do sistema.

O SE solicitou a colaboração dos Secretários Nacionais no apoio da discussão dos assuntos, informou que a memória da reunião será encaminhada aos Secretários Nacionais para assinatura via SEI e encaminhada posteriormente para publicação.

Por fim, o Secretário-Executivo agradeceu a disponibilidade e atenção dos presentes, e deu por encerrada a 1ª Reunião do Comitê Estratégico de Governança - CEG de 2024.

59000.000730/2024-39



Documento assinado eletronicamente por **João Mendes da Rocha Neto, diretor**, em 28/05/2024, às 09:59, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo Corrêa Tavares, Secretário Nacional de Fundos e Instrumentos Financeiros**, em 28/05/2024, às 11:05, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Roberto Farias Falcão, Diretor do Departamento de Obras de Proteção e Defesa Civil**, em 03/06/2024, às 15:03, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Giuseppe Serra Seca Vieira, Secretário(a) Nacional de Segurança Hídrica**, em 04/06/2024, às 11:45, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Valder Ribeiro de Moura, Secretário(a) Executivo(a)**, em 19/06/2024, às 14:42, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Adriana Melo Alves, Secretária Nacional de Políticas de Desenvolvimento Regional e Territorial**, em 19/06/2024, às 19:35, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.mi.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.mi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **5006719** e o código CRC **A94C6B89**.

Criado por [carolina.aquino](#), versão 82 por [frankilane.costa](#) em 28/05/2024 09:01:52.